

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.796 - SC
(2019/0265140-5)**

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
RECORRENTE : MARIA ROGERIA ZAPPELINI RONCATTO
ADVOGADO : PEDRO DE QUEIROZ CORDOVA SANTOS - SC013903
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR : JOCELIA APARECIDA LULEK E OUTRO(S) - SC022887

DECISÃO

Trata-se de Recurso Ordinário (art. 105, II, "b", da Constituição Federal) interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO RENDA. ISENÇÃO. MOLÉSTIA GRAVE. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO JUDICIAL QUE DEFERIU PROVA PERICIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. SÚMULA 267 STF. AGRAVO INTERNO.

1. Nos termos da Súmula 267 do STF, é incabível a impetração de mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso.
2. As decisões interlocutórias das quais não cabe agravo de instrumento devem ser impugnadas, preliminarmente, nas razões ou nas contrarrazões de apelação (artigo 1.009, § 2º, do CPC de 2015), não sendo, portanto, irrecorríveis.
3. Teratologia da decisão impugnada afastada. Agravo interno improvido.

A parte recorrente pugna pelo provimento do Recurso Ordinário, aduzindo que a decisão atacada pelo *writ* é manifestamente teratológica, pois "(...) não há qualquer lógica - e tampouco permissão Constitucional - para que a impetrante compareça ao exame pericial e obriga-la, além de estar inferindo em seu direito ao silêncio, estaria lhe obrigando a eventualmente se incriminar pela prática, em tese, de crimes tipificados no artigo 1º inciso IV da lei 8.1337 de 27 de dezembro de 1990 (crime conta ordem tributária), artigo 171, § 3º, do Código Penal e 297 do Código Penal (falsidade ideológica), sendo completamente abusiva e teratológica a manutenção desta decisão e seus efeitos, restando absolutamente inócua eventual alegação posterior ao ato jurídico realizado (...)".

Requer, ainda, a concessão de efeito suspensivo ao Recurso Ordinário.

Contrarrazões apresentadas pela Fazenda Nacional às fls. 159-167, e-STJ.

O Ministério Público Federal (fls. 213-217, e-STJ) opinou pelo não

conhecimento do recurso, nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. DECISÃO QUE DETERMINOU A PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL EM AÇÃO ANULATÓRIA NA QUAL SE DISCUTE O DIREITO A ISENÇÃO DE IRPF DE SERVIDORA PÚBLICA APOSENTADA PORTADORA DE DOENÇA GRAVE. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. PERDA DO INTERESSE DE RECORRER. PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 25.10.2019.

Na origem, trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela parte recorrente contra decisão interlocutória que, em Ação Anulatória, deferiu o pedido de produção de prova pericial formulado pela Fazenda Nacional.

Como ressaltado pelo Ministério Público Federal em sua manifestação, verifica-se que já foi proferida sentença na referida Ação Anulatória (5019472-22.2016.4.04.7200 - SC), sendo julgados improcedentes os pedidos, *verbis*:

[...]

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos (CPC, art. 487, I).

Revogo a liminar deferida anteriormente.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas e de honorários advocatícios, que, em razão do trabalho efetivo pelos advogados vencedores (adaptação de contestação para o caso concreto e acompanhamento processual), arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, observada a fixação da proporção dos honorários a receber em 80 % (oitenta por cento) para a UNIÃO e 20 % (vinte por cento) para o ESTADO DE SANTA CATARINA.

Condeno à parte autora o pagamento de multa por litigância de má-fé, fixada em 9% do valor atribuído à causa, devidamente corrigido pelo INPC a partir da data do ajuizamento da ação, nos termos do art. 81 do CPC/2015, para a qual não se estende isenção da gratuidade de justiça (CPC/2015, art. 98, §3º).

Interposto recurso voluntário, intime-se a parte apelada para contrarrazões e, oportunamente, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1.010, §§1º e 3º do CPC/2015.

Sentença publicada e registrada eletronicamente. Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, dê-se baixa.

Observa-se, assim, que o ato judicial impugnado (decisão interlocutória) foi substituído pela sentença, a ser combatida através do cabível Recurso de Apelação, devolvendo-se ao Tribunal de origem o conhecimento da matéria impugnada, nos termos do art. 1.013 do CPC/2015.

In casu, portanto, é manifesta a perda do objeto da impetração e, consequentemente, do interesse recursal.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA
IMPETRADO POR TERCEIRO PREJUDICADO CONTRA DECISÃO
PROFERIDA EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. SUPERVENIENTE
PROLATAÇÃO DE SENTENÇA DE MÉRITO. PERDA DE OBJETO.

1. Trata-se na origem de Mandado de Segurança impetrado pelo ora recorrente com o objetivo de anular a decisão do Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude de Ponte Nova, que, no MS 0521.17.007821-1, impetrado por H.F.DOS A.A., deferiu a liminar para autorizar a participação no exame supletivo do ensino médio antes de completar a idade mínima exigida e, se aprovado, para garantir a matrícula no curso de medicina ou, alternativamente, assegurar a reserva de vaga no semestre subsequente no referido curso.

2. Consultando o andamento processual do MS 0521.17.007821-1, disponível no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), verifica-se que em 8.1.2018 proferiu-se sentença concedendo a ordem, a qual foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em remessa necessária, no acórdão publicado em 14.8.2018, com trânsito em julgado em 5.10.2018.

3. Portanto, inviável o exame do Recurso Ordinário interposto contra o acórdão que denegou a ordem, em writ que visa a cassação da liminar, que foi substituída pela sentença.

4. A Corte Especial do STJ, no julgamento dos EAREsp 488.188/SP, firmou o entendimento de que, na hipótese de deferimento ou indeferimento da antecipação de tutela, a prolatação de sentença meritória implica perda de objeto do agravo de instrumento por ausência superveniente de interesse recursal, uma vez que: a) a sentença de procedência do pedido que substitui a decisão deferitória da tutela de urgência torna-se plenamente eficaz ante o recebimento da apelação tão somente no efeito devolutivo, permitindo desde logo a execução provisória do julgado (art. 520, VII, do CPC/1973); b) a sentença de improcedência do pedido tem o condão de revogar a decisão concessiva da antecipação, ante a existência de evidente antinomia entre elas.

5. Configurada, portanto, a perda de objeto da presente pretensão recursal.

6. Recurso Ordinário não conhecido. (RMS 59.744/MG, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 1º.7.2019)

CONSTITUCIONAL. PROCESSO CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SEQUESTRO DE VERBA PÚBLICA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIO. LEVANTAMENTO DOS VALORES CONFIRMADO. PERDA DO OBJETO E SUPERVENIENTE FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL.

1. Cuida-se de recurso ordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com o objetivo de anular o ato do Presidente do Tribunal de Justiça que determinou o sequestro de verbas públicas para pagamento de precatório alimentar.

2. A orientação adotada pela Corte de origem está em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que, "resguardas as vias ordinárias, o levantamento integral da verba pública sequestrada para a satisfação de precatório implica a perda de objeto do mandado de segurança impetrado contra o ato que determinou essa constrição" (AgInt no RMS 38.846/SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 28/2/2019).

3. Precedentes: RMS 45.326/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 11/10/2016; AgInt no RMS 39.649/SP, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 27/4/2017; AgRg no RMS 44.141/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 27/5/2016. 4. Recurso em mandado de segurança prejudicado. (RMS 38.120/SP, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 27.6.2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. A ocorrência, no plano dos fatos, de eventos posteriores à impetração, prejudiciais ou inviabilizadores da concessão da ordem, nos termos em que requerida, acarreta a perda superveniente do objeto, impondo-se, em consequência, a extinção do feito sem resolução do mérito.

2. Agravo interno não provido. (AgInt no RMS 45.017/MG, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 11.10.2019)

Diante do exposto, nos termos do art. 34, XI, do RI/STJ, **julgo prejudicado o presente Recurso Ordinário, em virtude da perda superveniente de objeto.** Prejudicado o pedido de concessão de efeito suspensivo.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator